

Ainda não há consenso no governo quanto à necessidade de se adotar um novo "choque" na economia. Técnicos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, consultados em Brasília pelo JT, dividem-se: uns acham que o ministro Bresser Pereira já deveria autorizar o início dos estudos para a realização de um novo choque, que seria deflagrado ao final do ano quando, certamente, a inflação atingirá o patamar de 15% ao mês. Outros, contudo, entendem que ainda é cedo para se admitir o fracasso do Plano Bresser.

Há consenso, entretanto, quanto ao diagnóstico da economia. Todos acham que a situação está se agravando com muita rapidez, com tendência de fugir ao controle do governo.

Os que defendem um novo choque na economia argumentam que os prognósticos do Plano Bresser já estão completamente superados. A idéia — segundo argumentam — era a de estabilizar a inflação na casa de 3 a 4% ao mês, o que já se mostra completamente inviável neste momento, a julgar pelas planilhas de custos que vêm sendo apresentadas pelas empresas ao governo.

Praticamente nenhuma empresa pleiteia reajuste inferior a 20%, e tem sido difícil para o governo manter os aumentos ao redor de 10%. As pressões tendem a crescer neste final de ano, quando se verifica, sazonalmente, uma grande expansão nos níveis de consumo. Há também neste período uma coincidência de datas-bases, verificando-se muitos reajustes salariais. Tudo isso vem gerando pressões insuportáveis contra a manutenção da política de controle de preços. A verdade é que o governo não tem conseguido interromper a corrida de preços e salários — concluem alguns técnicos que entendem como correta a hipótese levantada no mercado financeiro, de uma taxa de inflação de 15% em dezembro próximo.

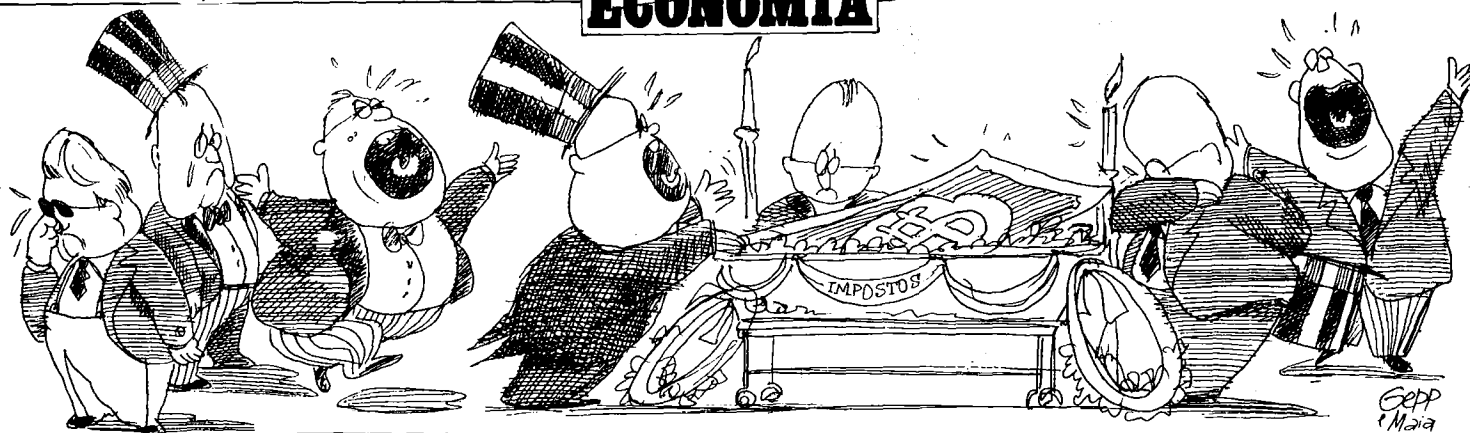
Se isto vier a ocorrer, entendem os especialistas que somente um novo choque poderá devolver a tranquilidade à economia. Para estes técnicos, o governo não pode ter constrangimento em adotar medidas de impacto, aproveitando a experiência dos choques anteriores. Em Israel o governo fez isto com relativo êxito — comentam.

Os que se mostram contrários a um novo choque entendem que ainda é muito cedo para se fazer uma avaliação precisa do Plano Bresser, em vista dos efeitos de sazonalidade de fim de ano. Para estes, o atual quadro está sendo ainda agravado por motivações pessimistas, de natureza psicológica. Acham eles que o governo vem conduzindo muito bem as negociações da dívida externa e que, a partir da realização de um acordo com os credores do País no Exterior, tudo pode melhorar significativamente.

Hellval Rios, AE/Brasília.

Liberar preços para um novo choque: quem concorda?

A intenção de liberar os preços confiada pelo ministro Bresser Pereira ao empresário André Beer no final de semana, pareceu atingir o alvo desejado: alegrar o empresariado. Embora não esperem que essa liberdade possa levar à explosão inflacionária, alguns vêem nessa medida uma hábil manobra econômica para impedir que os reajustes salariais, repondo o poder



Com uma inflação que caminha para os 15%, o governo pensa mesmo em aplicar-lhe novo tratamento de choque. Seria no final do ano, mas os técnicos estão divididos quanto a data.

Prepare-se: mais mudanças na economia.

aquisitivo, provoquem exagerado aumento na demanda neste final de ano.

Satisfeito com a política econômica, Eugênio Staub, presidente do Grupo Gradiente, considera "positiva" a liberação dos preços porque ocorre num "período onde o mercado está desaquecido e, certamente, não uma inflação explosiva neste último trimestre". Não concorda, porém, com arrocho salarial afirmando que não é esta a melhor fase para conter os salários. E, "como eles estão muito deprimidos, é preciso iniciar um processo de recuperação, caso contrário caminharíamos para uma situação difícil" onde o trabalhador perderá seu poder aquisitivo.

Para Staub, "algo precisa ser feito", a partir do próximo ano, numa nova fase do Plano Bresser. E concorda com a possibilidade de "novo choque heterodoxo a partir do primeiro trimestre de 88", depois da reorganização das finanças do governo, como seqüência do programa econômico que, "apesar de criticado, tem mostrado efeitos concretos". Assim seria possível "estabilizar a inflação no patamar de 5%", segundo entende.

Pressão

O presidente da Federação do Comércio, Abram Szajman, reconhece que existem "fortes pressões" das indústrias para aumentar os preços por causa dos reajustes salariais e do aumento do consumo no final do ano.

"O comércio deve negociar exaustivamente qualquer tentativa de aumentar os preços para que isso não se reflita na inflação", diz Szajman. Mas o presidente da Federação tem ainda outra visão desse assunto: pode ser um ensaio para novo choque,

abrindo o caminho para novo congelamento depois do equilíbrio entre preços e salários.

"Desgastante"

O vice-presidente da Fiesp, Nildo Masini, não acredita que o governo venha a adotar um novo choque econômico porque considera tal medida "desgastante" para as próprias autoridades. Lembra que durante os congelamentos "criam-se mecanismos de abusos" para burlar a fiscalização.

Num momento em que a demanda está completamente desaquecida, dificilmente os preços podem ser congelados. Se isso ocorrer, pode reaparecer o ágio, como nos preços de veículos. Masini defende, isto sim, é a proposta de liberação com que o ministro Bresser Pereira está acenando. Destaca ser uma medida que exige "coragem, porque liberar preços após um congelamento apresenta o risco de explosão inflacionária". Mas, se a inflação subir, num primeiro momento, "cairá depois substancialmente" numa acomodação natural da economia, diz Masini.

"Inflação preventiva"

Para o economista Paulo Rabello de Castro, da Fundação Getúlio Vargas, a possibilidade de o governo recorrer a um novo choque na economia antes do final do ano, com novo congelamento de preços e salários, seria uma providência totalmente inócua e até mesmo de efeitos negativos, porque para o êxito desse choque estaria faltando seu principal elemento teórico e técnico — o "coeficiente de surpresa".

Do ponto de vista empresarial — diz ele —, esperar um novo choque na economia significa antecipar os aumentos nas tabelas

de preços, e isso deverá ocorrer em novembro, provocando o que classifica de "inflação preventiva", que "autoalimentará a fome do governo por um novo choque na economia".

O próprio Rabello pôde comprovar, no último final de semana, a atitude dos empresários em se prepararem contra os efeitos de um novo choque. Ele comprou dois travesseiros na Casa Veneza, no Rio, pagando Cz\$ 1.400,00, com desconto de 50% sobre o preço da tabela de Cz\$ 2.800,00. Caso o governo recorra a um novo choque na economia, será o preço de Cz\$ 2.800,00, ou mesmo superior a esse valor, o que prevalecerá para o congelamento.

Ao manifestar-se totalmente contrário à repetição de um novo choque na economia, Rabello de Castro aponta as medidas que, a seu ver, teriam efeito muito mais positivo para impedir a evolução da espiral preços-salários:

1) A troca da atual lei salarial, de reajustes mensais, por outra que dê liberdade de negociação coletiva entre empregadores e empregados a cada seis meses.

2) e restauração da credibilidade no ambiente econômico, com ascolha de novos ministros da Fazenda e do Planejamento, capazes de garantir que a política econômica será "menos estapafúrdia" e que também realizem uma cruzada antidéficit público a curto prazo.

3) Uma reforma fiscal, com redução generalizada das alíquotas dos impostos, a fim de elevar a arrecadação tributária com a consequente eliminação de isenções fiscais.

Edson Di Fonzo e Nelson Lemos